



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 178ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: Sala de reuniões – 8º andar, Rua Esteves Júnior, 160, Florianópolis/SC. CEP 88015-130

DATA: 20 de junho de 2013

HORÁRIO: 13 horas

Presentes à Reunião

Secretaria de Estado da Saúde:

Dalmo Claro de Oliveira, Acélio Casagrande, Clécio Antonio Espezim, Winston Luiz Zomkowski, Lisiane Tuon Generoso Bitencourt, Raquel Bittencourt, Jocélio Voltolini, Cristina Pires, Lisete Contin, Karin Geller.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:

Luis Antonio Silva (São José); Maria Regina de Souza Soar (Blumenau); Sidenei Bellé (Caibí); Maria Cristina Subtil (Lages); Névio Antonio Mortari (Ita); Tadeu David Geronasso (Mafra); Alessandro Vernize (Concórdia); Daniel Moutinho (Florianópolis); Ademar Possamai (Jaraguá do Sul).

Desenvolvimento dos trabalhos

A 178ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 13h, com a presença dos Membros acima descritos, sob a Coordenação do Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira. Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, reclama do atraso no envio dos materiais da CIB, bem como a Ata da reunião, descumprindo o prazo citado no Regimento Interno.

APROVAÇÃO DA ATA

A Ata da CIB 177ª foi aprovada com a exclusão de uma frase da linha 08.

1 DELIBERAÇÕES

2

**3 a) PPI: ALTERAÇÕES DE FLUXOS DA PPI E DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE
4 GESTÃO**

5 A CIB **APROVOU** as alterações de PPI, solicitadas pelos Gestores Municipais de Saúde,
6 com exceção do **item 4 (em que altera a PPI Hospitalar, com complementação de**
7 **recursos do teto livre do Estado para equacionar a diferença no custo médio das AIHs**
8 **entre os municípios)**. Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, solicita que o
9 tema seja encaminhado para discussão na Câmara Técnica de Gestão, para depois vir para a
10 CIB. Cita que a PPI, abrindo esta possibilidade para uma região, abre precedente para outras.
11 A Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, Maria Regina de Souza Soar, lembra que a
12 PPI sempre foi discutida na Câmara Técnica de Gestão e que PPI não é uma simples troca de
13 papel. É necessário que seja definido um fluxo. Karin Geller, Diretora de Planejamento,
14 Controle e Avaliação cita que as alterações da PPI seguem a Deliberação vigente sobre PPI,
15 mas ressalta que a elaboração da nova PPI já será iniciada na Câmara Técnica de Gestão.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

16 Jocélio Voltolini, Gerente de Controle e Avaliação, informa que este complemento é
17 realizado com teto livre da SES, embora o teto esteja negativo. Luis Antonio Silva,
18 Coordenador da CIB/COSEMS, cita que há pouco recurso e se está abrindo uma prerrogativa
19 para uma região. Solicita que o assunto seja discutido de forma mais profunda, pois falta
20 critério para definir custo médio e outros para a assistência hospitalar.

21

22 **b) REVISÃO DO MANUAL DAS APAES**

23 Jaqueline Reginatto, Coordenadora da Área Técnica da Saúde da Pessoa com deficiência,
24 apresentou a proposta de alteração do Manual de Normas Técnicas para os Serviços de
25 Reabilitação em Deficiência Intelectual e/ou Autismo com base no novo instrutivo do
26 Ministério da Saúde, publicado em abril de 2013. Como consequência da revisão do Manual,
27 haverá a revisão do teto financeiro das APAES, com base no número de alunos que realizam
28 atendimento em saúde (cálculo realizado com base nos dados encaminhados pelas APAES e
29 demais serviços credenciados, que necessitam ser confirmados pelos Gestores Municipais),
30 estipulando um teto fixo, com base no número de alunos, que garanta a média de 12
31 procedimentos/aluno (alguns realizam 4, 8, 12 ou 20 - conforme a sua frequência no
32 Serviço). Foram **APROVADAS** as alterações do Manual, ficando a ressalva de que ao se
33 estruturar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência, o mesmo volte a ser
34 revisado, estabelecendo-se o Manual Operativo para Deficiência Intelectual e/ou Autismo.
35 Dalmo Claro de Oliveira, Coordenador da CIB/SES, ressalta que a quebra de 03
36 profissionais para 01 beneficiará os serviços que não conseguem atingir o patamar, mas
37 apresentam produção, como também não prejudicará os que já conseguem atingir o patamar
38 estabelecido. Além do recurso repassado pelo Ministério da Saúde às APAES, a SES
39 complementa com recursos próprios já pactuados na CIB na ordem de 35%. Com a revisão
40 do Manual, este complemento passará para 50 a 60% de recursos próprios do Estado de SC.
41 O Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, enfatiza que não se pode retroceder,
42 mesmo com aumento da contrapartida estadual. Maria Regina de Souza Soar, Secretária
43 Municipal de Blumenau, cita que o tema foi discutido na Câmara Técnica de Gestão e que
44 alguns critérios serão revistos com a implantação das Redes. Esclarece que foram excluídos
45 profissionais do Manual como os de competência da educação (exemplos: pedagogo e
46 assistente social). Corroborar a fala do Coordenador da CIB/SES, que muitas APAES
47 produzem, mas não conseguem apresentar para cobrança.

48

49 **c) PLANOS DE AÇÃO REGIONAL – PAR DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DAS**
50 **MACRORREGIÕES SUL, GRANDE OESTE, MEIO OESTE E FOZ DO RIO ITAJAÍ**

51 Ana Búrigo, Coordenadora das Redes de Urgência e Emergência, informa como foram
52 construídos os Planos de Ação Regional. Que os mesmos foram discutidos na Câmara
53 Técnica de Gestão e nas próprias Comissões Intergestores Regionais – CIRs. Foram
54 apresentados na Câmara Técnica pelos representantes das respectivas CIRs e que não vê
55 nada que contrarie a aprovação dos mesmos. Os Coordenadores da CIB concordaram com a
56 **APROVAÇÃO**. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau,
57 solicita que as duas Regiões de Saúde que não foram apresentadas nesta reunião (Região da
58 Serra Catarinense e Médio Vale do Itajaí) que fossem aprovadas *ad referendum*, depois de
59 serem avaliadas tecnicamente na Câmara Técnica de Gestão, considerando que não haverá
60 CIB em julho de 2013. Dalmo Claro de Oliveira, Coordenador da CIB/SES, cita o mérito do
61 Governador do Estado de Santa Catarina na implantação das Redes. Isto porque a busca de
62 recursos do Governo para SC junto ao Governo Federal (Presidente Dilma Rousseff) foi



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

63 bastante significativo a ponto de a Presidente adiantar o repasse dos recursos para a
64 implantação das Redes em SC, tornando o Estado de SC, o primeiro a implantar as Redes no
65 País. Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, lembra que esses Planos serão
66 encaminhados ao Ministério da Saúde e que ao retornarem, esses Planos sejam novamente
67 discutidos nas CIRs para serem avaliados, no sentido de verificar os cortes e as inclusões
68 realizadas pelo Ministério da Saúde. Considera um avanço as negociações entre a SES e
69 COSEMS em um exercício de cidadania e também por parte dos gestores que ficaram dias e
70 dias elaborando os Planos. Apesar dos avanços com a participação dos recursos do Estado,
71 os Planos deverão ser revisados, porque se sabe que não contemplarão as necessidades de
72 saúde na sua plenitude, evitando assim grandes expectativas. Dalmo Claro de Oliveira,
73 Coordenador da CIB/SES, cita o apoio do Estado aos hospitais que não forem contemplados
74 com recurso do Ministério da Saúde. Ressalta que não há mais como SC ficar somente com
75 12% de participação estadual na saúde. O orçamento estadual para a saúde deveria ser
76 ampliado. Fica também APROVADA a proposta apresentada pela SES na Deliberação
77 227/2013, de repasse de recurso estadual para os hospitais. Lisiane Tuon Generoso
78 Bitencout, Superintendente de Regulação, agradece os Grupos Condutores das 06
79 Macrorregiões de Saúde, como também a Coordenadora da Rede de Urgência e Emergência
80 Ana Búrigo e Carla Pulga, Médica do Serviço de Regulação. Refere que o Ministério da
81 Saúde cita que SC foi o Estado que elaborou os Planos de Ação com mais agilidade e de
82 forma democrática, discutindo nas Comissões Intergestores Regionais. Maria Regina de
83 Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, chama atenção para a aprovação
84 da Deliberação 227/2013 em que constam os critérios para o repasse de recursos para
85 serviços de saúde, ou seja, os critérios serão definidos pela Comissão de Estudo da Política
86 Hospitalar, Câmara Técnica de Gestão e CIB. Salienta que esses critérios subsidiarão
87 tecnicamente o Secretário de Estado da Saúde na concessão de recursos/investimentos para
88 serviços de saúde e/ou aquisição de equipamentos.

89

90 **d) INCLUSÃO DE 13 REGIÕES DE SAÚDE DE SC NA REDE CEGONHA**

91 A CIB APROVOU a adesão das 13 Regiões de Saúde de SC à Rede Cegonha, totalizando
92 100% das Regiões de Saúde com Planos de implantação da Rede Cegonha. Carmen
93 Delziovo, Coordenadora da Rede Cegonha, cita que os Planos estão sendo construídos pelas
94 CIRs e que virão para aprovação na próxima reunião da CIB. Que esta adesão é uma
95 formalização de que SC aderiu 100% à Rede Cegonha. Luis Antonio Silva, Coordenador da
96 CIB/COSEMS, lembra que não haverá reunião da CIB em julho/2013. Que se proceda então,
97 da mesma forma que o processo das Redes de Urgência e Emergência. Discutem-se na
98 Câmara Técnica de Gestão e se delibere *ad referendum*. Ficou CONSENSUADO.

99

100 **e) HABILITAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA À QUEIMADOS**

101 A CIB APROVOU a habilitação do Centro de Referência em Assistência à Queimados, 08
102 leitos do Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos, Município de Lages.

103

104 **f) HABILITAÇÃO EM HOSPITAL – DIA DO HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DA**
105 **GRAÇA, DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

106 A CIB APROVOU a habilitação do Hospital Nossa Senhora da Graça, CNES 7105088, de
107 São Francisco do Sul, para tratamento clínico, cirúrgico, diagnóstico e terapêutico em regime
108 de Hospital-Dia.

109



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

110 g) **AUTORIZAÇÃO PARA VISTORIA DO SERVIÇO DE ALTA COMPLEXIDADE EM TRAUMATO-**
111 **ORTOPEDIA PEDIÁTRICA NO HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE CONCÓRDIA**

112 A CIB, Considerando a Deliberação da Comissão Intergestores Regional – CIR da
113 Macrorregião do Meio Oeste, realizada no dia 02/04/2013, que decidiu por unanimidade
114 solicitar a SES a efetivação com a máxima urgência, a assinatura dos Termos de
115 Compromisso de Alta Complexidade em Ortopedia e Neurologia com o Hospital São
116 Francisco, e regulação e fiscalização desses serviços. Menciona também que tendo em vista
117 que o Hospital está em processo de andamento para habilitação em Ortopedia Pediátrica e
118 que o serviço será muito importante para a região, desde que o prestador cumpra o Termo de
119 Compromisso acordado; a informação 0024/2013 da Gerência de Planejamento, que sugere
120 abertura do processo e posterior vistoria no referido hospital; que o mesmo é habilitado
121 como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia Adulto,
122 **APROVOU** a vistoria no Serviço de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia
123 Pediátrica do Hospital São Francisco de Concórdia.

124

125 h) **RETIFICAÇÃO 108/CIB/2013: COMPENSAÇÃO DE AIHS PELAS CENTRAIS DE**
126 **REGULAÇÃO**

127 A CIB **APROVOU** a retificação da Deliberação 108/2013, ficando o texto da seguinte
128 forma: **Art. 1º** – *A compensação das AIHs de média complexidade de UTI, para as Regiões*
129 *do Extremo Sul Catarinense, Grande Florianópolis e Planalto Norte e Nordeste, bem como*
130 *a metodologia apresentada, descrita no Art. 3º desta Deliberação. **Parágrafo Único:** Fica*
131 *aprovada também a mesma metodologia proposta para os locais onde houver leitos*
132 *regulados, com efeitos também para demais municípios do estado. **Art. 2º** – A Deliberação*
133 *nº 425/2010, ficou ratificado o que segue “**Outro ponto, que foi aprovado na maioria dos***
134 ***Colegiados de Gestão Regional foi a manutenção da autorização das AIHs nos***
135 ***municípios. Cabe ressaltar, que a descentralização das autorizações de AIHs deve estar***
136 ***atrelada com a responsabilidade do gestor frente às internações autorizadas.” **Art 3º** – A***
137 *SES disponibilizará faixa numérica específica para as Centrais de Regulação, considerando*
138 *o quantitativo de leitos de UTI a serem regulados; ao término do mês “regulado” a Central*
139 *de Regulação encaminhará a Gerência de Programação da SES (GEPRO) o relatório*
140 *contendo o número de internações de UTI regulados por Município de Residência; a*
141 *GEPRO utilizará a quantidade de autorizações contidas no relatório para proceder o*
142 *desconto no mês posterior ao recebimento do relatório. A Central de Regulação*
143 *disponibilizará aos municípios o relatório encaminhado a GEPRO, para conhecimento da*
144 *quantidade de internações reguladas no período. Nos casos em que ocorrerem fatos que*
145 *acarretem utilização de internações em UTI em número muito superior, comprometendo a*
146 *cota de 7%, caberá análise mais apurada dos fatos geradores com posterior Deliberação*
147 *pela CIR as medidas cabíveis. A GEPRO encaminhará os casos em que forem detectados*
148 *aumento expressivo das internações em UTI para a ECAA correspondente a Região de*
149 *Saúde do município, para os procedimentos cabíveis à análise dos fatos. Nos casos em que*
150 *ocorrerem fatos de extrema utilização de internações em UTI, ultrapassando 25% da cota*
151 *de 7%, caberá análise mais apurada dos fatos geradores com posterior Deliberação pela*
152 *CIB as medidas cabíveis. Não serão descontadas as internações para realização de*
153 *procedimentos de Alta Complexidade para os quais já existem cotas de AIHs específicas*
154 *(METODOLOGIA). **Art. 4º:** a Cota de AIHs para serem utilizadas nos leitos de retaguarda*
155 *clínicos, liberadas para as Centrais de Regulação não impactará na faixa de distribuição*
156 *populacional de 7%, pois tem financiamento específico, sendo utilizadas as AIHs para*



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

157 *comprovação e dados estatísticos, e não são de porta de entrada, sendo estes 100%*
158 *regulados na sua ocupação. Art. 5º: Os hospitais encaminharão a cópia do Laudo de*
159 *Internação ao Município de Residência do Paciente, para “ciência” ao Gestor Local dos*
160 *leitos de UTI e de retaguarda autorizados pela Central de Regulação. Art. 6º: A SES fará o*
161 *acompanhamento do impacto financeiro para fazer o ressarcimento ao Município, quanto o*
162 *teto financeiro for extrapolado. Ficou REVOGADA a Deliberação 108/2013. Maria Regina*
163 *de Souza, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, cita que as AIHs para as UTIs são*
164 *para quebra de fluxo (internação em região de não referência do paciente) e não para os*
165 *leitos normais que constam do processamento. Karin Geller, Diretora de Planejamento,*
166 *Controle e Avaliação, esclarece que os hospitais com leitos de retaguarda receberão recurso*
167 *adicional, mas as AIHs serão normais, pagas conforme o procedimento. Dalmo Claro de*
168 *Oliveira, Coordenador da CIB/SES, informa que utiliza recurso estadual para subsidiar a*
169 *produção de hospitais, como um fato necessário. Luis Antonio Silva, Coordenador da*
170 *CIB/COSEMS, pensa que a discussão está em torno de dois assuntos. Um, refere-se à cota*
171 *dos 7% de AIHs do Estado, do déficit financeiro e outra, sobre o controle da gestão das*
172 *autorizações das AIHs. Acélio Casagrande, Secretário Adjunto de Estado da Saúde,*
173 *esclarece que os Hospitais que compõem as Redes não estão incluídos na reconstrução.*
174 *Esclarece ainda que o recurso do adiantamento que virá para SC será para Hospitais ‘Porta*
175 *Aberta’ e para leitos de UTI. A reconstrução dos Hospitais das Redes será realizada*
176 *com recursos das Redes. Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, pensa que SC*
177 *está sendo enganada pelo Ministério da Saúde para antecipar uma Portaria de 2011, mas que*
178 *por trás disso, trará aumento de custeio. Cita ainda que, se a reconstrução não der certo,*
179 *não será resolvido com a reconstrução da Rede de Urgência e Emergência. Acélio*
180 *Casagrande reforça que está convicto de que, se junho e julho, SC estiver com os Planos das*
181 *Redes de Urgência e Emergência, Cegonha e Psicossocial publicados, os recursos já virão*
182 *para SC, aumentando o poder de SC em colocar recurso na saúde. Luis Antonio Silva,*
183 *Coordenador da CIB/COSEMS, coloca que o Ministério da Saúde sempre sinaliza com*
184 *recurso, condicionando a adesão a alguma política ou plano, fragmentando a saúde. Enfatiza*
185 *também que esses recursos não virão todos de imediato.*

186

187 **i) SAMU – USB PARA O MUNICÍPIO DE TREVISÓ**

188 A CIB **APROVOU** uma Unidade de Suporte Básico – USB para o Município de Trevisó. O
189 recurso é federal.

190

191 **j) CEO DE TUBARÃO – ADESÃO À REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

192 A CIB **APROVOU** a adesão do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO de Tubarão
193 à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

194

195 **k) PROJETO OLHAR BRASIL – MUNICÍPIO DE ANCHIETA**

196 A CIB **APROVOU** a adesão do Município de Anchieta ao Projeto Olhar Brasil.

197

198 **l) PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA – MUNICÍPIO DE ANCHIETA**

199 A CIB **APROVOU** a adesão do Município de Anchieta ao Programa Saúde na Escola.

200

201 **m) INCENTIVO ESTADUAL PARA AS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE: REGULAMENTA**
202 **ARTIGOS DA DELIBERAÇÃO 456/2012**



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

203 A CIB **APROVOU** a proposta apresentada como Deliberação 227/2013, em que constam os
204 critérios para concessão de recursos para financiamento de unidades de saúde (Arts.
205 Deliberação 456/2012), conforme texto a seguir: “A *Secretaria de Estado da Saúde de SC*
206 *assume o Compromisso de preencher os vazios Assistenciais com recursos PRÓPRIOS*
207 *conforme os Artigos e Parágrafos da Deliberação CIB 456/2012 retificados, relacionados a*
208 *seguir, cabendo regulamentação no artigo 7º; Parágrafo Segundo, após os critérios serem*
209 *definidos nas reuniões da Comissão da Política Hospitalar, Câmara Técnica de Gestão e*
210 *CIB. Art. 7º Fica estabelecido o incentivo financeiro para as unidades hospitalares descritas*
211 *no Plano Regional da Rede de Atenção às Urgências, de acordo com a tipologia e os valores*
212 *financeiros previstos no Artigo 8º da Portaria GM/MS nº 2.395/2011, mediante assinatura*
213 *do Termo de Pactuação da Rede Atenção à Urgência e Emergência. § 2º – As unidades*
214 *hospitalares que não atendem os critérios da Portaria GM/MS nº 2.395 de 2011, receberão*
215 *o incentivo através de recursos próprios da Secretaria Estadual de Saúde – SES no valor*
216 *equivalente a Hospital Geral. Art. 8º Os pontos de atenção à saúde, classificados no Plano*
217 *de Ação Regional como Sala de Estabilização, receberão os recursos conforme a Portaria*
218 *GM/MS nº 2.338, de 03 de outubro de 2011, quando habilitadas, porém fica mantido o*
219 *repasso estadual até o recebimento do recurso federal no valor de Unidade de Tratamento*
220 *Primário Cardiovascular. § 1º - As unidades localizadas em regiões com vazio assistencial,*
221 *que não atenderem os critérios para serem habilitadas pelo Ministério da Saúde, por*
222 *apresentarem tempo resposta superior a 60 minutos para o atendimento ao IAM, receberão*
223 *os recursos próprios da SES, conforme tipologia estabelecida, devendo constar no Plano de*
224 *Ação Regional e ser aprovados em suas instâncias deliberativas CIR/CIB.*
225

226 **HOMOLOGAÇÃO**

227 **Deliberações ad referendum:** Deliberação 167/2013 – Aprova a instalação do Centro de
228 Especialidades Odontológicas – CEO tipo I, no Município de Campos Novos, previsto no Plano de
229 Especialidades Odontológicas de SC. É do interesse da Coordenação de Saúde Bucal de SC, já que
230 elimina um vazio assistencial na Região; 168/CIB/2013 – Anulada; 169/2013 – Ratifica a Ordem de
231 Serviço, de 06 de maio de 2013, de Coronel Martins, referente à ampliação de Unidade Básica de
232 Saúde Unidade Coronel Martins, localizada na Rua Araranguá, 051, Município de Coronel Martins,
233 recurso Portaria Ministério da Saúde 2.394 de 11 de outubro de 2011; 170/2013 – Ratifica a Ordem
234 de Serviço, de 21 de maio de 2013, de IRANI, referente à ampliação de Unidade Básica de Saúde US
235 Marlei Alves Batista, localizada na Rua A s/n, Município de IRANI, recurso Portaria Ministério da
236 Saúde 2.394 de 11 de outubro de 2011; 171/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 13 de novembro
237 de 2012, de CAMBORIÚ, referente à reforma de Unidade de Saúde da Família do CAIC – Bairro
238 Monte Alegre, Município de Camboriú, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.206 de 14 de setembro
239 de 2011; 172/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 22 de maio de 2013, de TIMBÓ referente à
240 construção de Unidade Básica de Saúde Pomeranos, localizada na Rua Frederico Schumann, s/n,
241 Município de TIMBÓ, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.226 de 18 de setembro de 2009. O
242 recurso é proveniente de Emenda Parlamentar, não é PAC; 173/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço,
243 de 22 de maio de 2013, de TIMBÓ referente à reforma de Unidade Básica de Saúde Unidade
244 Municipal de Saúde da Família Solidária, localizada na Rua Luiz Adam 373, Município de TIMBÓ,
245 recurso Portaria Ministério da Saúde 2.206 de 14 de setembro de 2011. O recurso é proveniente de
246 Emenda Parlamentar, não é PAC; 174/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 22 de abril de 2013, de
247 Laguna, para a reforma da Casa de Acolhimento do Bairro Campo de Fora, Município de Laguna,
248 recurso Portaria Ministério da Saúde 2.206 de 14 de setembro de 2011; 175/2013 – Ratifica a Ordem
249 de Serviço, de 22 de abril de 2013, de Laguna, para reforma da Unidade de Saúde de Ribeirão
250 Pequeno, Município de Laguna, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.206 de 14 de setembro de
251 2011; 176/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 22 de abril de 2013, de Laguna, construção da



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

252 Academia no Bairro Progresso, Município de Laguna, recurso Portaria Ministério da Saúde 1.401 e
253 1.402/2011; 177/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 18 de setembro de 2012, de Laguna,
254 referente à reforma da Unidade Básica de Saúde do Bairro Portinho, Município de Laguna, recurso
255 Portaria Ministério da Saúde 2.206 de 14 de setembro de 2011; 178/2013 – Ratifica a Ordem de
256 Serviço, de 24 de maio de 2013, de Iporã do Oeste, referente à ampliação da Unidade Básica de
257 Saúde, localizada na Rua 2 de novembro, 418, Município de Iporã do Oeste, recurso Portaria
258 Ministério da Saúde 2.394 de 11 de outubro de 2011; 179/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 20
259 de maio de 2013, de Itaiópolis, referente à ampliação da Unidade Básica de Saúde ESF Lucena,
260 localizada na Rua Pedro Ivo Campos, 63, Município de Itaiópolis, recurso Portaria Ministério da
261 Saúde 2.394 de 11 de outubro de 2011; 180/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 27 de maio de
262 2013, de São Domingos, referente à ampliação da Unidade Básica de Saúde da Linha Santo Antonio,
263 recurso Portaria Ministério da Saúde 2.206 de 14 de setembro de 2011; 181/2013 –. Aprova a
264 alteração do Plano para a Organização da Rede de Assistência à Pessoa com Deficiência Auditiva em
265 Santa Catarina, para habilitar a Otovida Clínica de Audição, Voz, Fala e Linguagem SS, como
266 Serviço de Atenção à Saúde Auditiva na Alta Complexidade. Esta habilitação segue as exigências da
267 Portaria SAS 587 de 07/10/2004; 182/2013 – Aprova a alteração do Plano para a Organização da
268 Rede de Assistência à Pessoa com Deficiência Auditiva em Santa Catarina, para habilitar a Clínica
269 Integrada do Oeste, Município de Chapecó, como Serviço de Atenção à Saúde Auditiva na Alta
270 Complexidade. Esta habilitação segue as exigências da Portaria SAS 587 de 07/10/2004; 183/2013 –
271 Ratifica a Ordem de Serviço, de 23 de maio de 2013, de Ituporanga, referente à construção de
272 Unidade Básica de Saúde Bairro Nossa Senhora de Fátima, Município de Ituporanga, recurso Portaria
273 Ministério da Saúde 2.226 de 18 de setembro de 2009; 184/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de
274 23 de maio de 2013, de Ituporanga, referente à ampliação de Unidade Básica de Saúde Bairro Nossa
275 Senhora de Fátima, Município de Ituporanga, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.394 de 11 de
276 outubro de 2011; 185/2013 – Aprova a solicitação de financiamento federal para construção de
277 Unidade Básica de Saúde, Para o Município de Santa Terezinha do Progresso, recurso Ministério da
278 Saúde 2.226/2009. A solicitação de equipamentos e material permanente, para a Rede de Atenção
279 Básica, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.198/2009; 186/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de
280 28 de maio de 2013, referente à ampliação da Unidade de Saúde Sul, no Bairro Universitário,
281 Município de Chapecó, recurso Portaria Ministério da Saúde 2394/2011; 187/2013 – Ratifica a
282 Ordem de Serviço, de 28 de maio de 2013, referente à ampliação da Unidade de Saúde, Bairro Santa
283 Maria, Município de Chapecó, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.394/2011; 188/2013 – Ratifica
284 a Ordem de Serviço, de 28 de maio de 2013, referente à ampliação da Unidade de Saúde, Bairro
285 Efapi, Município de Chapecó, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.394/2011; 189/2013 – Aprova a
286 Solicitação de financiamento federal para aquisição de equipamentos e material permanente, para o
287 Município de Concórdia, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.198/2009. Proposta de Emenda
288 Parlamentar; 190/2013 – Aprova a Solicitação de financiamento federal, para a Rede de Atenção
289 Básica, para o Município de Rio do Oeste, proposta de Emenda Parlamentar; 191/2013 – PLANOS
290 DAS REDES DE ATENÇÃO. Aprova a proposta apresentada pelo Ministério da Saúde, para a
291 implantação das Redes de Urgência e Emergência e Rede Cegonha, por Macrorregião de Saúde de
292 SC, conforme Planos Regionais aprovados nas Comissões Intergestores Regionais – CIRs e Comissão
293 Intergestores Bipartite – CIB; 192/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 23 de maio de 2013, de
294 São João Batista, referente à ampliação do Posto de Saúde do Cardoso, Município de São João
295 Batista, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.394/2011; 193/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de
296 23 de maio de 2013, de São João Batista, referente à ampliação do Posto de Saúde do Bairro
297 Ribanceira, Município de São João Batista, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.394/2011;
298 194/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 23 de maio de 2013, de São João Batista, referente à
299 ampliação do Posto de Saúde do Bairro Carmelo, Município de São João Batista, recurso Portaria
300 Ministério da Saúde 2.394/2011; 195/2013 – Aprova a solicitação de recurso federal, proveniente de
301 Emenda Parlamentar, para o Município de Nova Veneza, para aquisição de equipamentos e material
302 permanente, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.198/2009; 196/2013 – Ratifica a Ordem de



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

303 Serviço, de 28 de maio de 2013, de Rio do Sul, referente à construção da Academia Ampliada de
304 Saúde, Praça XV de novembro, Bairro Laranjeiras, Município de Rio do Sul, recurso Portarias
305 Ministério da Saúde 1.401 e 1.402/2011; 197/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 21 de março de
306 2013, de Florianópolis, referente à reforma da Unidade Básica de Saúde CS Sapé, localizada na Trav.
307 Valdemar Osmar Hermann, 82, Município de Florianópolis, recurso Portaria Ministério da Saúde
308 2.206/2011; 198/2013 – Ratifica o Atestado de Conclusão de Obra, de 10 de junho de 2013, de
309 Navegantes, referente à construção da Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua Gracilides Coelho
310 Reiser, 116, Município de Navegantes, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.226/2009; 199/2013 –
311 Ratifica a Ordem de Serviço, de 20 de maio de 2013, de Itaiópolis, referente à ampliação da Unidade
312 Básica de Saúde ESF Lucena, localizada na Rua Pedro Ivo Campos, 63, Município de Itaiópolis,
313 recurso Portaria Ministério da Saúde 2.394/2011; 200/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 29 de
314 maio de 2013, de Itaiópolis, referente à ampliação da Unidade Básica de Saúde ESF Vila Nova,
315 localizada na Rua Antonio Daudt Loures, s/n, Município de Itaiópolis, recurso Portaria Ministério da
316 Saúde 2.394/2011; 201/2013 – Ratifica a solicitação de recurso federal, para construção de Unidade
317 Básica de Saúde, para o Município de Cunha Porã, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.226/2009;
318 202/2013 – Ratifica o Termo de Recebimento Provisório, de 20 de abril de 2013, referente à reforma
319 da Unidade de Saúde, localizada na Sede do Município de Iraceminha, recurso Portaria Ministério da
320 Saúde 2.206/2011; 203/2013 – Aprova a solicitação de recurso federal, para construção de Unidade
321 Básica de Saúde, para o Município de Iraceminha, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.226/2009;
322 204/2013 – Aprova a solicitação de recurso federal, para aquisição de equipamentos e material
323 permanente para a Rede de Atenção Básica e da Assistência Ambulatorial, para o Município de
324 Iraceminha, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.198/2009; 205/2013 – Aprova a solicitação de
325 recurso federal, para aquisição de equipamentos e material permanente para a Rede de Atenção
326 Básica, para o Município de Canoinhas, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.198/2009; 206/2013 –
327 Aprova a solicitação de recurso federal, para aquisição de equipamentos e material permanente para
328 Atenção Especializada, para o Município de Canoinhas, recurso Portaria Ministério da Saúde
329 2.198/2009; 207/2013 – Aprova a solicitação de recurso federal, para reforma de Unidades Básicas de
330 Saúde, para o Município de São Bento do Sul, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.206/2011;
331 208/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 30 de janeiro de 2013, de Rio do Sul, referente às
332 reformas nas Unidades de Saúde dos Bairros: Santana, Barra do Trombudo, Laranjeiras, Barragem,
333 Santa Rita e Canta Galo, Município de Rio do Sul, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.206/2011;
334 209/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 28 de maio de 2013, de Sangão, referente à ampliação da
335 Unidade Básica de Saúde Unidade de PSF de Santa Apolônia, localizada na Estrada Geral s/n,
336 Município de Sangão, Portaria Ministério da Saúde 2.394/2011; 210/2013 – Ratifica a Ordem de
337 Serviço, de 28 de maio de 2013, de Sangão, referente à ampliação da Unidade Básica de Saúde US
338 Sangão, localizada na Rua Jonas Goulart s/n, Município de Sangão, Portaria Ministério da Saúde
339 2.394/2011; 211/2013 – Aprova a solicitação de recurso federal, para aquisição de equipamentos e
340 material permanente, para a Secretaria Municipal de Saúde de Ponte Serrada, Portaria Ministério da
341 Saúde 2.198/2009. Recurso os provenientes de Emenda Parlamentar; 212/2013 – Ratifica o
342 Certificado de Conclusão de Obra, de 28 de maio de 2013, do Município de Presidente Castello
343 Branco, referente à construção da Academia da Saúde, localizada na Rua Ervino Wille, Loteamento
344 Frigo, Município de Presidente Castello Branco, recurso Portaria Ministério da Saúde 1.401 e
345 1.402/2011; 213/2013 – Aprova a solicitação de recurso federal, Município de Iporã do Oeste, para
346 construção de 03 (três) Academias da Saúde, para o Município de Iporã do Oeste, recurso Portarias
347 Ministério da Saúde 1.401/2011 e 1.402/2011; 214/2013 – Aprova a solicitação de recurso federal,
348 Município de Iporã do Oeste, para construção a construção de Unidade Básica de Saúde, para o
349 Município de Iporã do Oeste, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.226/2009; 215/2013 – Ratifica a
350 Ordem de Serviço, de 28 de maio de 2013, de Laurentino, referente à a ampliação da Unidade Básica
351 de Saúde Unidade Sanitária de Laurentino, localizada na Rua Leonelo Losi s/n, Município de
352 Laurentino, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.394/2011; 216/2013 – Ratifica a Ordem de
353 Serviço, de 05 de junho de 2013, de Faxinal dos Guedes, referente à construção da Academia da



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

354 Saúde, localizada na Rua São Pedro, Bairro São Cristóvão, Município de Faxinal dos Guedes, recurso
355 Portarias Ministério da Saúde 1.401/2011 e 1.402/2011; 217/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de
356 27 de maio de 2013, de Faxinal dos Guedes, referente à construção da Academia da Saúde, localizada
357 na Rua 1º de maio, Distrito de Barra Grande, Município de Faxinal dos Guedes, recurso Portarias
358 Ministério da Saúde 1.401/2011 e 1.402/2011; 218/2013 – Aprova a solicitação de recurso federal,
359 para aquisição de equipamentos e material permanente, para o Município de José Boiteux, recurso
360 Portaria Ministério da Saúde 2.198/2009. Recursos Provenientes de Emenda Parlamentar; 219/2013 –
361 Ratifica a Ordem de Serviço, de 05 de junho de 2013, de Jacinto Machado, referente à construção de
362 um Pólo de Academia da Saúde da modalidade básica, localizada na Avenida Padre Herval
363 Fontanella, Bairro Centro, Município de Jacinto Machado, recurso Portarias Ministério da Saúde
364 1.401/2011 e 1.402/2011; 220/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 02 de maio de 2013, de Praia
365 Grande, referente à construção da Academia da Saúde, localizada na Praça Harmonia, Município de
366 Praia Grande, recurso Portarias Ministério da Saúde 1.401/2011 e 1.402/2011. Ratifica a justificativa
367 referente à troca de endereço da implantação da Academia da Saúde, conforme documento
368 comprobatório em anexo; 221/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 03 de junho de 2013, referente
369 à construção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA Porte I, localizada no Centro do Município
370 de Canoinhas, recurso Portaria Ministério da Saúde 1.020 de 13 de maio de 2009; 222/2013 – Aprova
371 a Solicitação de recurso federal, para o Município de Ponte Alta, para construção de Academia da
372 Saúde, localizada no Bairro Vila Nova, Município de Ponte Alta, recurso Portarias Ministério da
373 Saúde 1.401/2011 e 1.402/2011; 223/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 31 de maio de 2013, de
374 Balneário Camboriu, referente à ampliação das Unidades Básicas de Saúde ESF Bairro dos Estados,
375 localizada na Rua Boa Vista, s/n e FNE Estratégia Saúde da Família Nova Esperança, localizada na
376 Rua Pernambuco, s/n, Município de Balneário Camboriú, recurso Portaria Ministério da Saúde
377 1.423/2011; 224/2013 – Aprova recursos para aquisição de equipamentos e material permanente para
378 Unidade Sanitária de Saltinho, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.198/2009; 225/2013 – Ratifica
379 a Ordem de Serviço de São Miguel do Oeste; 226/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço de São Miguel
380 do Oeste.

381

382 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

383 Não houve temas neste item.

384

385 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

386 Não foram lidos documentos.

387

388 **INFORMES**

389 a) **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

390 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência de Auditoria
391 encaminhou o relatório de auditoria, referente ao mês de maio de 2013, para que os gestores
392 constatem sobre as auditorias em andamento ou concluídas em seus municípios.

393

394 b) **PROCESSOS EM ANDAMENTO NA GERÊNCIA DE ATENÇÃO BÁSICA**

395 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência da Atenção Básica
396 encaminhou as planilhas com os processos em andamento na Gerência de Atenção Básica,
397 para que os gestores constatem se há pendências em seus municípios.

398

399 c) **COAP – CONTRATO ORGANIZATIVO DE AÇÃO PÚBLICA**

400 Clécio Espezim, Superintendente de Planejamento e Gestão, informa que já foi realizada
401 reunião interna com todas as Superintendências e com o Ministério da Saúde; reunião com a
402 apoiadora do Ministério da Saúde, com o Presidente do COSEMS, com o Assessor do

CIB de 20 de junho de 2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

403 COSEMS. Nestas reuniões foram apresentados os estudos realizados e os diagnósticos já
404 levantados para a organização da saúde para a efetivação do COAP. Cita que não há data
405 definida para assinatura do COAP em SC. Ficou encaminhado que a partir de julho/2013
406 será realizada reunião com a diretoria do COSEMS, com as representações do COAP dos
407 municípios, com o Ministério da Saúde, com a Secretaria de Estado da Saúde, onde serão
408 colocadas todas as considerações, metodologia e as repercussões de recursos financeiros pelo
409 COAP. Ficou também identificado nesta oportunidade a realização de um calendário no que
410 resultaria no final para o contrato, incluindo todos os entes, para que todos saibam o que
411 compõe o contrato, já que todos participam da assinatura do mesmo. Hélio Livino da Silva,
412 Assessor Técnico do COSEMS, cita que participou da reunião e menciona que o chamou a
413 atenção, a obrigatoriedade de quem aderiu ao Qualisus, servir como modelo em assinar ao
414 COAP como primeiras Regiões. Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, ressalta
415 que o COAP em SC não será assinado às pressas, com atropelo, com sinalização de
416 adiantamento por parte do Ministério da Saúde, sem que haja uma grande discussão, com
417 conhecimento das implicações judiciais e segurança sanitária. Registra que não é contra a
418 assinatura do COAP, mas que a gestão faça com segurança. Informa que em todo o Brasil a
419 assinatura do COAP está estagnada. Lembra que o COAP é complicado do ponto de vista da
420 construção. E na pactuação dos indicadores, há que se ter muito cuidado na colocação de
421 novas ações e atividades. Dalmo Claro de Oliveira, Coordenador da CIB/SES, concorda com
422 as preocupações do Coordenador da CIB/COSEMS, considerando que este contrato será
423 assinado pelos Secretários Municipais de Saúde, Secretário de Estado da Saúde, Prefeitos,
424 Governadores e Ministro da Saúde, mas, não será assinado pela Presidente da República. Um
425 contrato público assinado é um instrumento de fácil execução judicial. Com relação à
426 influenza, Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, coloca
427 que o Plano de Contingência da Influenza foi discutido na Câmara Técnica de Gestão, já em
428 final da campanha, e não veio para a CIB com as sugestões apresentadas. Dalmo Claro de
429 Oliveira, Coordenador da CIB/SES, informa que o recurso para o Plano de Contingência foi
430 repassado pelo Ministério da Saúde em maio de 2013, destinado à aquisição de
431 equipamentos para hospitais. Cita que a influenza é sazonal, que ocorrerá todos os anos,
432 sendo que essas internações pagas como extras é um problema a ser discutido. Luis Antonio
433 Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, cita que o Ministério da Saúde define os
434 equipamentos a serem adquiridos e que muitos hospitais já receberam na última campanha,
435 como os monitores e ventiladores. Lembra que a pactuação do recurso da influenza é que
436 deveria ter vindo para esta reunião da CIB. O Plano de Contingência pode ser discutido na
437 Comissão de Vigilância. Dalmo Claro de Oliveira, Coordenador da CIB/SES, informa que o
438 Ministério da Saúde definiu os equipamentos a serem adquiridos e que esses equipamentos já
439 foram acordados com o Estado em anos anteriores.

440

441 Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, lembra que o envio dos materiais para a
442 CIB deve ser realizado com 05 dias de antecedência à reunião, em meio magnético, para que
443 possam ser encaminhados aos Membros da CIB, Secretários Municipais de Saúde,
444 Comissões Intergestores Regionais e outros.

445

446 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata, assinada por
447 mim e pelos Coordenadores.

448

449

Florianópolis, 20 de junho de 2013